



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640221 - SP (2021/0013946-8)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
IMPETRANTE : MATHEUS LEMES MONTEVERDE E OUTRO
ADVOGADOS : RAFAEL NASCIMENTO CARIOLA - SP348935
MATHEUS LEMES MONTEVERDE - SP413162
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ADJANE DE SOUSA GOUVEIA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ADJANE DE SOUSA GOUVEIA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 0012284-21.2016.8.26.0506).

A paciente foi condenada à pena de 2 anos e 4 meses de reclusão em regime semiaberto e multa, pela prática do delito previsto no art. 184, § 2º, do Código Penal, tendo-lhe sido deferido o direito de recorrer em liberdade.

Os impetrantes sustentam a ilegalidade do aumento da pena pela reincidência, na segunda etapa da dosimetria, aduzindo que a apenada é primária, sendo devido o afastamento da exasperação.

Asseveram que, afastada a reincidência da paciente, é cabível a alteração do regime inicial para o aberto, nos termos do art. 33, §§ 2º e 3º, do Código Penal, sob pena de violação dos enunciados das Súmulas 718 e 719, ambas do Supremo Tribunal Federal.

Defendem a possibilidade de substituição da pena privativa por restritiva de direitos em favor da apenada e da suspensão da pena do art. 77, inciso I, do Código Penal.

Alegam que a paciente é mãe de 4 filhos, sendo 2 menores de 12 anos, preenchendo os requisitos para ser beneficiada com a prisão domiciliar.

Requerem, liminarmente, a expedição de contramandado de prisão ou a fixação do regime inicial aberto ou a substituição da pena privativa em restritiva. No mérito, pugnam pela concessão da ordem para que seja confirmada a liminar requerida.

É, no essencial, o relatório. Decido.

No que diz respeito ao pleito de deferimento da prisão domiciliar, verifica-se que a matéria de fundo não foi apreciada no acórdão impugnado. Assim, o Superior Tribunal de Justiça não pode delas conhecer, sob pena de indevida supressão de instância. Confira-se precedente sobre a questão:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS.
EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM
PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO
CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO.
CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE
DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE
AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO

RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO. [...] 3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância. 4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

No mais, em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, “por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em habeas corpus apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório” (AgRg no HC 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência